

PCB terá vez no novo secretariado do GDF

Aparecido convoca líderes da Aliança Democrática e deflagra a reforma

ADAUTO CRUZ



Luxio, Cuellar e Cabezas: tráfico também interfere na economia interna

Comissão contra narcotráfico quer reativar acordo

A comissão boliviana para controle de narcotráfico e da farmacodependência — composta pelo vice-presidente do Senado, Juan Luxio e pelos senadores Alfredo Cuellar e Daniel Cabezas — está em Brasília para tentar reativar o acordo firmado em 1978 de cooperação no combate ao tráfico de drogas e manter contatos sobre um estudo com propostas de unificação da legislação dos países-membros do Pacto Andino além do Brasil, Argentina e Paraguai para o combate ao tráfico de drogas.

A proposta de realização do estudo para unificação das leis partiu do vice-presidente da Bolívia e presidente do parlamento andino, Julio Garret e foi ratificado na sexta reunião do Pacto Andino, em março deste ano, que definiu a criação da comissão para controle do narcotráfico.

Os membros da comissão terão audiência hoje com o presidente do Senado, Humberto Lucena, e com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, quando farão o convite para que participem, em dezembro, de uma reunião na Bolívia onde será apresentado o documento final.

Juan Luxio que preside a comissão, ressalta que o tráfico de drogas não pode ser tratado isoladamente pelos países. Para ele uma legislação unificada entre os países da América Lati-

na traria bons resultados se fossem dadas as mesmas penas para os mesmos delitos independente do território. "O maior problema é com relação à fronteira já que mesmo penalizados em um país os traficantes gozam de liberdade em outro".

Segundo o presidente da comissão de combate ao narcotráfico a Bolívia "tomou a decisão de acabar com o narcotráfico no país" e veio ao Brasil para trazer esta mensagem. Juan Luxio se disse "preocupado com o Brasil porque a coca está sendo plantada na Amazônia brasileira" e pede ações imediatas e fortes. "Na Bolívia está se combatendo as plantações com intensidade e se o Brasil não fizer ações paralelas acabará se tornando uma alternativa para a produção e consumo", afirmou.

Segundo informou o senador Alfredo Cuellar Vargas, representante do governo boliviano na comissão, estatísticas de 1985 indicaram que foram produzidas no país 156 mil toneladas de folhas de coca que representam uma produção de cocaína de cerca de 500 toneladas. "Dos cerca de 3 milhões de dólares arrecadados com esta produção 20 por cento fica no país e entra no setor terciário distorcendo a economia e criando um poder paralelo que não é bom para o país", afirmou.

Sesi realiza exames médicos

O SESI-DF está realizando uma série de palestras sobre prevenção do câncer ginecológico, seguidas de exames médicos em várias empresas industriais do DF. O objetivo é orientar e esclarecer a comunidade em geral sobre os sintomas e as conseqüências de tal enfermidade, além de oferecer informações sobre métodos de prevenção.

Hoje, o atendimento do SESI-DF, através de sua unidade-volante, será feito na empresa Cimento Tocantins, em Sobradinho, das 8 às 12h.

Empresários virão ao DF

No próximo domingo, a partir das 9h estarão no Centro de Convenções de Brasília cerca de 800 empresários para participar do 4º Congresso Nacional das Associações Comerciais. O objetivo do congresso é a análise, o debate e a proposição de soluções alternativas para os graves problemas econômicos, políticos e sociais que o País enfrenta.

O tema geral do congresso é "A livre iniciativa e a Constituinte", que foi dividido em quatro temas específicos: Empresariado e a Constituição, Ação Política Empresarial, Empresa e o Momento Econômico e Importância das Associações Comerciais. O 4º Congresso Nacional das Associações Comerciais se estenderá até a terça-feira.

A reforma do secretariado do GDF começou. O governador José Aparecido convocou ontem ao Palácio do Buriti os presidentes regionais dos partidos que compõem a Aliança Democrática, Milton Seligman (PMDB) e Osório Adriano (PFL), para comunicá-lhes esta decisão e uma novidade: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vai ser governo no Distrito Federal.

As reformulações incluirão a nomeação imediata de dois secretários — um do PMDB e outro do PFL — e o preenchimento de seis cargos vagos no segundo escalão, também de acordo com critérios de equivalência partidária — três para cada um. Aparecido comprometeu-se ainda a ampliar as modificações,

depois de sua viagem oficial ao exterior, no fim de maio.

O PMDB entrega hoje à tarde ao governador José Aparecido a relação de candidatos do partido aos novos cargos. Nela, aparecerão como secretariáveis os nomes do Carlos Murilo — que já ocupou a pasta de Serviços Públicos e encabeçou uma das chapas peemedebistas ao Senado nas eleições de novembro — e de Lindberg Cury, atual presidente da Associação Comercial do DF.

Os pefelistas cumprirão idêntico ritual e deverão indicar os nomes de Benedito Domingos e Paulo Xavier. A decisão final caberá ao governador, que escolherá os novos-secretários dentro das listas apresentadas pelos partidos da Aliança De-

mocrática. Aparecido não revelou, porém, se haverá substituições na atual equipe.

A princípio, o governador já dispõe de duas secretarias para negociar com os partidos: Cultura — que vem sendo ocupada interinamente pelo atual secretário do Trabalho, D'Alambert Jaccoud — e Reforma Administrativa. Aparecido deverá aproveitar a primeira fase das reformulações para indicar os novos presidentes da Shis, Fundação Cultural e Novacap.

O Palácio do Buriti acatou as teses peemedebistas para as novas composições e vai respeitar a proporcionalidade obtida nas urnas de novembro e a representação individual do PMDB, PFL e PCB no Congresso Constituinte. "É um critério justo", definiu o presi-

dente pefelista, Osório Adriano, ao final do encontro com Aparecido.

O presidente do PMDB/DF, Milton Seligman, elogiou os critérios adotados pelo governador para realizar as novas modificações e admitiu que corresponderam às reivindicações peemedebistas. "É um critério justo porque considera o peso de cada partido nas eleições do ano passado", observou Milton.

Aparecido deverá agilizar agora os contatos com o Partido Comunista, para definir a participação do "Partidão" no governo do Distrito Federal. O PCB — que elegeu um deputado pela coligação Movimento Democrático de Brasília (MDB) — poderá ganhar até duas secretarias.

Ulysses recebe projeto de *diretas já*

O presidente da Câmara e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, prometeu ontem a uma comissão de representantes dos partidos e entidades do DF, que encaminhará imediatamente à subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, a proposta que recebeu do grupo defendendo eleições diretas para governador e vice do DF em 15 de novembro de 1988, quando seriam eleitos também os membros da Assembléia Legislativa local.

O documento leva a assinatura de 10 dos 11 constituintes eleitos pelo DF — somente Francisco Carneiro (PMDB) não participa —, de 23 partidos registrados da cidade, 34 entidades e 16 sindicatos de trabalhadores. Ontem, representantes de todos eles foram ao presidente Ulysses Guimarães oficializar o pleito, justificando que esse é hoje o maior anseio dos brasileiros: escolher por via direta seu governador.

TAREFA
As primeiras eleições para governador e vice e da Assembléia seriam realizadas em 15 de novembro de 1988 com a posse em 1º de janeiro do ano seguinte, para um mandato de quatro anos. Caberia aos deputados brasileiros votar, como primeira tarefa, uma constituição para o Distrito Federal. Esse é o texto do

documento elaborado pela comissão pró-diretas do DF.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, limitou-se a receber o documento, sem fazer considerações a respeito do conteúdo. Apenas disse que, quando o Comitê Pró-diretas providenciar o apoio de 30 mil pessoas ao pleito, ele terá mais força perante a subcomissão. Isso não aconteceu porque os políticos aguardam o for-

mulário específico para a coleta de assinaturas que será divulgado pela Constituinte nos próximos dias.

Na justificativa do texto divulgado ontem, diz o Comitê das diretas que nunca houve uma reivindicação tão unânime e consensual entre os brasilienses, capaz de unir todas as comunidades num total aproximado de dois milhões de habitantes.

Anuncia a mobilização de Brasília por esse direito

e depois analisa a questão da cidade servir de sede da administração federal, razão apontada por muitos para rejeitar a eleição de governador e vice no DF. "Queremos nossa autonomia política porque entendemos que este é o caminho para a solução dos graves problemas enfrentados pelo povo do Distrito Federal, facilmente constatado pelos que aqui residem e trabalham", assinala o documento na sua justificativa.

GILBERTO ALVES



Ulysses prometeu enviar o projeto das diretas à Subcomissão do DF